

JULIO E JOÃO RIBEIRO
– DO PADRÃO EUROPEU AO USO BRASILEIRO

Gláucia da Silva Lobo Menezes (USP)
glaullobo@ig.com.br

1. Considerações iniciais

As obras gramaticais, desde o seu surgimento, ficaram conhecidas como instrumentos linguísticos portadores de regras prescritivas que viviam ao “bom uso” da língua.

Esse bom uso teve como paradigma, durante muito tempo, o português europeu, mesmo sendo nítida a existência de diferenças entre as nações portuguesa e brasileira, e seu emprego linguístico.

Todavia, a partir da metade do século XIX, essas peculiaridades e diferenças entre o português europeu e o português brasileiro passaram a ser levadas em consideração por alguns gramáticos, como Julio Ribeiro e João Ribeiro.

O presente estudo aborda algumas dessas primeiras observações sobre as características do português do Brasil, registradas por gramáticos que revisaram fenômenos conforme a nacionalidade brasileira.

Primeiramente, é relevante refletir sobre o movimento histórico pelo qual passou a gramática – enquanto instrumento linguístico – visando a entender seu caráter normativo inicial e a evolução do pensamento linguístico.

A comumente chamada gramática tradicional é uma obra carregada de valores; em suas prescrições não apresenta as mudanças linguísticas, realizando apenas a repetição de modelos já estabelecidos para o emprego da língua. Na França, inclusive, o termo “tradicional” foi questionado por haver ligação com tradição. O mais coerente é utilizar a nomenclatura “gramática de referência”, que também é usada para designar uma obra que traz novas ideias e conhecimentos linguísticos.

Contudo, o fato de esse tipo de gramática trabalhar com a repetição de modelos não quer dizer que os gramáticos puristas não reconheçam a existência da diversidade linguística. Na verdade, existe esse reconhecimento, mas, para eles, a língua não é só diversidade, os indivíduos precisam ter algo em comum. Essa uniformidade é relevante, como, por

exemplo, para a divulgação de teorias e conhecimentos a gerações futuras, todavia, sabermos que a língua é um fato social e deve ser vista assim pelos gramáticos, ou seja, esse “algo em comum” deve ser coerente com o emprego efetivo.

A tarefa do gramático – também historiador – é medir fatos antigos e contemporâneos, verificar como está o sistema – a língua – em determinado objeto e investigar no tempo e no espaço o que foi produzido. Não se deve verificar e reproduzir o que já foi dito a não ser que se faça uma análise disso. E se esse processo de análise realmente acontecesse muitas regras prescritivas características desses instrumentos linguísticos normativos não seriam repetidas ou seriam modificadas ou complementadas, por simplesmente não representarem a realidade linguística brasileira – que é o que estamos estudando.

Para exemplificar, podemos citar diversas regências que geralmente são apresentadas nessas obras, mas que muitas vezes são empregadas de maneira diferente pelos falantes cultos, como é o caso dos verbos *chegar*, *ir* e *levar*, que, de acordo com a gramática normativa são regidos pela preposição *a*, contudo, no uso efetivo da língua, a preposição *em* é bastante empregada mesmo por falantes cultos. Sendo assim, o que é prescrito como “Chegar *a* casa”, “Ir *ao* mercado” e “Levar o filho *a* escola”, no uso efetivo é realizado como “Chegar *em* casa”, “Ir *no* mercado” e “Levar o filho *na* escola”. Isso prova que as regras ditadas por esse material normativo podem ser diferentes das efetivas realizações do português culto, que também apresenta variações.

Voltando aos princípios da gramática normativa, a ideia da correção é muito valorizada, pensando em uma qualidade do discurso. Na verdade, a gramática nunca pretendeu ser científica, trata-se de um instrumento que não expõe apenas fatos linguísticos, mas carrega valores e ideologias, como o belo e o feio, e a já mencionada correção, mesmo tendo surgido da oralidade.

Esse pensamento de correção surgiu com os gregos que fundamentavam a gramática como uma disciplina que apoiava os eruditos, como Aristóteles, que se debruçavam sobre os pergaminhos.

Porém, nem todas as gramáticas surgiram dessa erudição; outras vieram do uso. Varrão (século I a. C), por exemplo, escreveu 620 livros e deu importância ao uso. A nossa gramática – portuguesa – também veio do uso, contudo do uso de pessoas cultas, como literários e intelectuais.

Mesmo assim, aspectos positivos também são observados nesse processo de gramatização ou elaboração das gramáticas. Havia uma “flutuação” da língua nas obras literárias, pois cada um escrevia de um jeito, conforme o que julgava coerente. Daí a importância da gramática que veio fixar a estrutura linguística, dando racionalidade à língua, tornando seu conteúdo ou conhecimento racional.

Com o desenrolar dos estudos, a elaboração das gramáticas passou a realmente caracterizar esse instrumento como uma real gramática de referência, no sentido de aproximar essa estrutura fixada do efetivo português culto brasileiro.

Vamos ilustrar esse fator com observações que vieram à tona a partir da segunda metade do século XIX.

2. “*Grammatica Portugueza – Curso Superior*” (1887) de João Ribeiro

João Ribeiro é um exemplo de estudioso que entre o final do século XIX e o início do século XX transitou por esses dois usos da língua portuguesa, isto é, um que tinha como paradigma o português europeu e outro caracteristicamente brasileiro, abordando em uma mesma gramática, porém em edições diferentes, primeiramente apenas o português europeu (PE), e depois considerações acerca do português brasileiro (PB), especialmente na 22ª edição, de 1933.

É interessante observar que além de elaborar a *Grammatica Portugueza – Curso Superior* (1887), João Ribeiro refletiu sobre as diferenças existentes entre o português europeu e o português brasileiro, divulgando esses estudos em outras obras escritas, como em “A língua nacional e outros estudos linguísticos”, de 1979, em que o autor, ao tratar da colocação pronominal (fato mais característico por ser mais estudado e conhecido), afirma que é comum o brasileiro dizer “– Me diga... me faça o favor...” e que esse é um modo de grande suavidade e doçura, ao passo que o “diga-me” e o “faça-me” do europeu são duros e imperativos. Ribeiro conclui ainda que o modo brasileiro é um pedido, enquanto o modo português é uma ordem.

Entretanto, essas reflexões não foram apresentadas nas primeiras edições de sua gramática, pois ele deixa claro que sua exposição é referente à língua clássica, ou seja, Ribeiro elabora a sua gramática da língua portuguesa, considerando-a como coordenadora e expositora dos fatos

das regras da linguagem, sendo preponderante sua preocupação com as regras de bem dizer e escrever. Usa termos como “conhecer o emprego legítimo e o bom uso da língua”, “gramática como a arte que ensina a falar e escrever corretamente”, referência no “uso das pessoas dotas”, entre outros.

Enfim, inicialmente o autor segue um modelo prescritivo, com a apresentação de regras que caracterizam o “bom uso” da língua, entendendo a gramática como uma “arte” que ensina a falar e escrever corretamente, em conformidade com o português europeu e não com o português brasileiro. Após 21 edições, o gramático reformula sua obra e passa a fazer a comparação do emprego da língua em Portugal e no Brasil, inspirando-se no método histórico-comparativo.

As alterações feitas se referiam, especialmente, ao tratamento da Fonética e de termos indígenas.

É dito, por exemplo, que a base para o ensino da *phonetica* é a prosódia da capital do país (Portugal, caracterizando o “bom uso”), mas admite que no Brasil a *prosódia portuguesa normal* não é seguida, havendo uma prosódia nacional distinta. Das páginas 15 a 63, vários exemplos são colocados para caracterizar a *phonetica* portuguesa e a brasileira, realizando comparações e especificações de uma e de outra.

É claro que predomina a prescrição de regras, porém é possível encontrar considerações sobre o uso efetivo da língua no Brasil.

Observemos essas considerações nos excertos abaixo (p. 19-20):

A verdade é que tanto *U* como *I* se afastam acentuadamente nas duas direcções e podem passar por vogaes de formação independente, por isso mesmo, têm ambas um timbre quasi invariavel, mormente no portuguez que não possui o *ü* muito proximo do *i* da outra escala.

E' util observar que na *phonetica* brasileira escapam certas variedades de timbre observaveis no portuguez europeu: o *á* aberto é entre nós o unico das vozes indigenas (*fácá, Pará*) e apenas se distingue do *a* atono nas vozes portuguezas: *cása, páta*. Nas escolas é costume ensinar a *prosódia* do *a* grave em *mas* (conj.), *para* (preposição), *a* (artigo distincto de *á*); essas distincções escolares não correspondem á pronuncia brasileira. (1)

O e tem entre nós os sons *é* (pé), *ê* (medo) e *e* atono quasi equivalente a *i* (cidade).

A distinção *ê* (prêgar) (pêgada) não existe; pronunciamos como *é* aberto de *fé*, *petipé*, *café*. Também não conhecemos o *e* brevissimo portuguez: *pedido* (p'dido) e por isso não commetemos os erros graphicos: *vezinho*, *Felipe*, *Felinto*, tão communs entre os portuguezes.

O o tem entre nós os timbres: *ó* (pó), *ô* (todo) e o atono, equivalente a *u* (rato, lindo). Aqui não divergimos dos portuguezes, salvo quando segue nasal: Antonio (antônio e não antônio), mórmente nas palavras esdruxulas. Divergimos, porém, no o pretonico, que entre nós vale *ô* e não *u*: *sôbrado* e não *subrado*. Comtudo em varios lugares sôa *u*: *chuver*, *tumar*, em poucas palavras.

Das *nasaes* trataremos em lugar apropriado. A *nasal* é sempre mais extensa e intensa no Brasil.

Vimos exemplos referentes à fonética brasileira. Vejamos um trecho em que está clara a diferenciação entre brasileiros e portuguezes, extraído da página 22:

Observemos que o *m* entre portuguezes é nasal quando precede a labial: *campo*. No Brasil sempre nasaliza a syllaba anterior: *remo* (rêmo).

A's vezes o diphthongo *ê* de simples apparencia; é um *digrapho* (duas letras) que só representam um som unico: pouco (=póco), mouro (=môro).

Outras vezes, a subjunctiva *i* intercala-se, como na prosodia do Brasil: *tem* = tein, *vem* = vein. Em Portugal esse caso tem o som especial do diphthongo *êe*: também (no Brasil, *tambêin*; em Portugal, *tambêe*). A prosodia brasileira era a mesma do tempo de Camões. (1)

E sobre o emprego dos indígenas (p. 43):

Os indios no Brasil, de conformidade com a lingua tupi, tornavam agudos os vocabulos portuguezes: *cabará* (cabra), *cadará* (cavallo), *carusá* (cruz), etc.

Conforme expusemos acima, após reformulações em sua gramática, na 22.^a edição João Ribeiro passa a incorporar aspectos característicos do português brasileiro.

3. “*Grammatica Portugueza*” (1881), de Julio Ribeiro

Em relação a Julio Ribeiro, já no século XIX o gramático apresentou exemplos de variantes linguísticas. Na verdade, sua obra *Grammatica*

Portuguesa, de 1881 é considerada um grande marco do período em que se iniciou a gramatização brasileira, pois Julio recusou o modelo tradicional de gramática portuguesa, que até então tinha mais destaque, para praticamente fundar a história da gramática brasileira, com exposição e descrição de aspectos característicos dessa nação, ou seja, tornando públicas considerações sobre a língua que o brasileiro realmente usa. Vale dizer que sua produção contribuiu muito para a formação de nossa identidade nacional.

Em outras palavras, Ribeiro renovou a teoria gramatical abrindo novos caminhos para os posteriores estudiosos – gramáticos e linguistas – e distanciando-se da influência direta de Portugal.

Logo na introdução (p. 1), nota-se um distanciamento dessa influência portuguesa e dos pensamentos puristas encontrados em instrumentos linguísticos anteriores, pois há a negação da ideia de que a função primordial da gramática seja a correção da linguagem. Essa afirmação é inovadora e já demonstra que sua visão de gramática é a de um material que traz novas ideias e conhecimentos linguísticos. Vejamos que além dessa inovação com relação à ideia de correção, o autor também nega a prescrição de regras, admitindo a exposição de fatos linguísticos:

A grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruidas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica. Não se pôde negar, todavia, que as regras do bom uso da linguagem, expostas como ellas o são nos compendios, facilitam muito tal aprendizagem; até mesmo o estudo dessas regras é o unico meio que têm de corrigir-se os que na duercia aprenderam mal a sua lingua.

Há vários indícios em sua gramática sobre a caracterização do uso efetivo da língua portuguesa no Brasil, desde o reconhecimento da existência de dialetos até a consideração de que a atuação do povo é fundamental para a busca de clareza no emprego linguístico, a autorização de usos da língua, a conservação de elementos arcaicos, entre outros.

O trecho abaixo (p. 10) ilustra um fato fonético com traços arcaicos que refletem no uso brasileiro interiorano, que são as pronúncias “tche” e “dje”:

Dje é som romanico genuino: existe em Provençal, em Italiano, e no século XIII existia no Francez que o transmittiu ao Inglez, onde até agora se acha, ex.: « *jealousy* ». Em escriptos latinos do século IX encontram-se as fórmãs *pegiorentur*, *pediorentur*, por *pejorentur*.

Tche é também som romanico castiço: existe em Provençal, em Italiano, em Hespanhol, e existiu no Francez, donde passou para o Inglez: que ainda hoje o conserva, ex.: « *chamber* ».

A existencia de ambas estas fórmãs no fallar do interior do Brazil prova que estavam ellas em uso entre os colonos portuguezes do século XVI. A antiguidade e a vernaculidade do *tche* attestam-se pela sua permanencia na linguagem do Minho e de Trás-os-Montes: como sabe-se, o povo rude e conservador tenaz dos elementos arkhaiscos das linguas.

Além do fato linguístico exposto acima, Julio Ribeiro reconhece o uso de “a gente” como pronome (p. 61):

« O substantivo *gente* também se emprega neste sentido, sobre tudo « no dialecto brasileiro: « *Quando a GENTE está com GENTE... GENTE « me deixe...* » (1).

E especifica o emprego de determinados verbos, como observamos abaixo sobre a substituição de *haver* por *ter* (p. 257):

Substituem também *ter* a *haver* e dizem: « *TEM muita gente na igreja—Agora TEM muito peixe no tanque* ». Este uso vai-se tornando geral no Brazil até mesmo entre as pessoas illustradas.

Empregam ainda *haver* como synonymo de existir, dizendo: « *No tempo da revolução eu ainda não HAVIA—Quando eu me casei elle já HAVIA* ». Só no imperfeito do indicativo é que usam deste verbo com esta accepção.

A análise de *Grammatica Portugueza* (1881), de Julio Ribeiro vai muito além do que o exposto aqui, mas pelos poucos exemplos citados já é possível compreender sua grande contribuição para a constituição da gramática brasileira.

4. Considerações finais

Pretendeu-se neste estudo abordar algumas das primeiras considerações sobre o efetivo emprego do português brasileiro em instrumentos linguísticos, especificamente em obras gramaticais.

Para isso, trabalhamos com dois gramáticos que a partir da metade do século XIX, começaram a divulgar fatos linguísticos característicos brasileiros.

João Ribeiro entre o final do século XIX e o início do século XX transitou pelo emprego do português europeu e do PB, abordando-os em uma mesma gramática, todavia em edições diferentes. Entretanto, teceu considerações acerca do português brasileiro tratando, sobretudo, de fenômenos ligados à Fonética e ao emprego indígena.

Julio Ribeiro, no século XIX deu início à constituição da gramática brasileira e apresentou fatos característicos de nosso uso efetivo, negando a influência portuguesa e exaltando o que realmente caracteriza a língua falada do Brasil.

Ambos os “Ribeiros” são de extrema relevância para os estudos que descrevem o português que efetivamente empregamos, isto é, o português brasileiro. E o interessante é que esse reconhecimento surgiu há um tempo considerável, mostrando que desde o século XIX esses fenômenos já eram notados e refletindo significativamente nas investigações contemporâneas acerca de nossa língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Org.: Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Nova edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

LEITE, Marli Quadros. *O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma.* São Paulo: Paulistana; Humanitas, 2007.

MACIEL, Maximino. Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa. *Relatos*, n. 3, junho. Campinas: IEL-UNICAMP, 1996.

ORLANDI, Eni P. *Língua e conhecimento linguístico.* São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza: curso superior.* 11. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1904.

_____. *Grammatica portugueza: curso superior.* 22. ed. inteiramente refundida. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933. Contém Notas Finaes. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/biblioteca/grammatica.php>>. Acesso em: 19-08-2012.

_____. *A língua nacional e outros estudos linguísticos*. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_01.html>. Acesso em: 26-08-2013.

AQUINO, José Edicarlo de. Os nomes da língua na gramática portuguesa de Júlio Ribeiro. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 30, jul./dez.2012, p. 71-99. [s./l]: Projeto “História das Ideias Linguísticas no Brasil”/Editora RG, 2012. Disponível em: <<http://www.revistalinguas.com/edicao30/artigo5.pdf>>. Acesso em: 26-08-2013.